



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL
TJMA
2016



NÚCLEO
SOCIOAMBIENTAL
TJMA

Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Presidente

Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Vice-Presidente

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Corregedora-Geral da Justiça

Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf
Presidente da Comissão Gestora do PLS

Júlio César Lima Praseres
Juiz Auxiliar da Presidência

Joelma Regina do Nascimento
Supervisora do Núcleo Socioambiental

O De acordo com o artigo 23 da Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cada órgão e conselho do Poder Judiciário deve apresentar seu relatório de desempenho do PLS-PJ, com a consolidação dos resultados alcançados.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instituiu em janeiro de 2016, por meio da Portaria-GP-874/2015, uma comissão de servidores para fins de elaboração do seu Plano de Logística Sustentável (PLS) e, conseqüentemente, criar o Núcleo Socioambiental.

Dessa forma, a elaboração do Plano ocorreu sem a participação da Comissão Gestora do PLS, como previa a referida Resolução. Diante dessa realidade, o Plano será revisado ainda no primeiro semestre de 2017, pela Comissão Gestora do PLS, instituída pela Portaria-GP-987/2016, bem como pelo Núcleo Socioambiental, que foi criado pela Resolução nº 50/2016.

Em razão do exposto, os resultados alcançados em 2016 na evolução dos indicadores estratégicos socioambiental e econômico do PLS não serão analisados a partir do comparativo de 2015.

Por ser a Gestão Socioambiental uma nova cultura organizacional para o Judiciário maranhense, o ano de 2016 foi decisivo para a busca de conhecimento na área de sustentabilidade e articulação de ações com foco nas áreas socioambiental e de economia junto aos diversos setores e servidores.

Para isso, foram realizadas capacitações, encontros de sensibilização e campanhas, visando ao envolvimento dos servidores efetivos e terceirizados com a matéria de que trata a Resolução nº 201, o PLS e a formação e competências do Núcleo Socioambiental na construção de um novo modelo de cultura institucional, objetivando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário.

Como resultado dessa mobilização, percebeu-se o envolvimento do corpo funcional para efetivação do PLS, tendo como um dos resultados a implantação da coleta seletiva solidária nos prédios sede do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Centro Administrativo.

O envolvimento da alta gestão foi outro fato importante para iniciar o processo de implantação da gestão socioambiental, no âmbito do Judiciário maranhense, a exemplo da aprovação da Resolução de Economicidade GP-552016, alinhada ao objetivo estratégico que busca fomentar ações institucionais e a promoção da responsabilidade socioambiental. Outras medidas também permitiram a redução dos custos com telefonia e postagem.

Entretanto, as informações que constam no Relatório de 2016 do Núcleo de Gestão Socioambiental do TJMA estão de acordo com os princípios estabelecidos pela Resolução nº 201/2015.

O documento detalha as ações de sensibilização, capacitação, articulações e parcerias que levaram à implantação da coleta seletiva solidária e a prática de medidas de redução de custos e de sustentabilidade, adotadas a partir dos encontros educativos.

A alimentação dos dados estatísticos do Judiciário maranhense também permitiram a constatação de economia em alguns eixos constantes no PLS, além da necessidade da redução de custos em outros.

A responsabilidade social, realizada pelo TJMA, também é apresentada por meio dos programas e projetos sociais realizados para contemplar os jurisdicionados e a comunidade.

Plano de Logística Sustentável (PLS)

É uma ferramenta de planejamento - com objetivos e responsabilidades definidos, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação - que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

O PLS foi elaborado nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, sendo aprovado em Sessão Plenária no mês de março, e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No mesmo período, foi realizada a apresentação do documento ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.



Ações do Núcleo Socioambiental (período: março a dezembro de 2016)

As atividades do Núcleo buscam potencializar as iniciativas já adotadas nos setores do TJMA, além de articular a implantação de medidas que ampliem e efetivem a sustentabilidade.



Sensibilização:

- Apresentação do PLS e sensibilização sobre sustentabilidade, envolvendo cerca de 200 servidores efetivos, comissionados e terceirizados do TJMA, CGJ e Fórum de São Luís;
- Realização da I Semana do Meio Ambiente do Judiciário Maranhense, com palestras, oficinas e exposições;
- Campanhas educativas divulgadas no sistema de ponto eletrônico;
- Palestra “Compras Sustentáveis na Administração Pública”;
- Lançamento do Manual para Coleta Seletiva do TJMA.





Capacitação

- Curso “Sustentabilidade na Administração Pública”, contemplando 105 servidores da capital e das comarcas do interior do Estado, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Articulações e parcerias

- Criação da rede de sustentabilidade do Maranhão, denominada Ecoliga da Justiça, formada pelos núcleos socioambientais do TJMA, TRE, TRT, Justiça Federal, UFMA e Ministério Público. O objetivo é integrar as ações dos órgãos, com destaque para a racionalização e redução de custos; logística integrada de veículos; capacitação e produção científica; gestão de resíduos sólidos e compras sustentáveis e compartilhadas.

- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Tribunal Regional Eleitoral, Justiça Federal e a Universidade Federal do Maranhão, durante o “I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública”, realizado no auditório do TRE.

- Parceria com a Assessoria de Comunicação do TJMA para construção do hotsite do Núcleo Socioambiental; elaboração de campanhas educativas e de sensibilização, divulgadas no sistema de ponto eletrônico; manual do programa de coleta seletiva e vídeos.



- Articulação com a Diretoria de Recursos Humanos para realização das palestras “Atividade física, saúde e qualidade de vida”, em parceria com a UFMA, e “Compras Sustentáveis na Administração Pública”, em parceria com o STJ, que integraram o Ciclo de Palestras em comemoração ao Dia do Servidor Público, coordenado pela Diretoria de RH.

- Articulação com a Diretoria de Engenharia, Ecoliga da Justiça e Companhia Energética do Maranhão (Cemar) com vistas à participação do TJMA na Chamada Pública para Projetos de Eficiência Energética, cuja finalidade é selecionar projetos de conservação de energia e uso racional de energia elétrica, disponibilizando recursos para efetivar reformas nas instalações elétricas, a exemplo da substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

- Articulação com a Diretoria Judiciária por meio da participação dos servidores nas palestras de sensibilização e nas capacitações, promovidas pelo Núcleo, que incentivou a redução do uso de papel A4 pela Coordenadoria das Câmaras Cíveis em até 50%, passando de 20 resmas para 10 por semana, conforme



informações repassadas pelo setor.

- Como órgão articulador, o Núcleo Socioambiental também conta com o apoio da Diretoria Administrativa, por meio da Coordenaria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Apoio Administrativo e funcionários terceirizados, além da Corregedoria Geral da Justiça, por intermédio da Coordenadoria Administrativa, para efetivar o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.





**ONG Amigos
do Futuro**

1.018 tonners

76 carcaças

Gestão de Resíduos Sólidos

Com o propósito de implantar o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, no âmbito do Judiciário maranhense, o Núcleo Socioambiental firmou parceria com a ONG Amigos do Futuro (Brasília) para coleta de tonners e cartuchos inservíveis; Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL) para coleta de resíduos sólidos e com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) para coleta de resíduos eletrônicos, como pilhas, baterias e carcaças de celular.

Coletas e doações de resíduos eletrônicos

Com a instituição do Núcleo Socioambiental, o Tribunal de Justiça fortaleceu as ações socioambientais já realizadas nos diversos setores da instituição, o que contribuiu para a implantação de novas medidas previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e no Decreto nº 5.940/06.

Uma das inovações na gestão de resíduos do TJMA foi a implantação da coleta seletiva solidária, nos prédios da sede do TJMA, Centro Administrativo e Corregedoria Geral da Justiça. A coleta seletiva solidária consiste na doação de resíduos recicláveis gerados por órgãos e entidades da administração pública para cooperativas ou associações de catadores, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

A destinação dos resíduos para as cooperativas promove a geração de renda e a inclusão social dos catadores, além de fomentar o amplo debate sobre o desenvolvimento sustentável, a partir do descarte adequado dos resíduos, minimizando os impactos ambientais e contribuindo para maior durabilidade dos aterros sanitários.



1,5 tonelada

Coletas e doações de resíduos sólidos (garrafas pet, papel e papelão)



COOPRESL

5,8 toneladas de resíduos eletrônicos (impressora, HD, carcaça de computador).

A parceria com a COPRESL estimulou o aumento da renda dos **14 catadores** cooperados, que passou de uma média de

R\$ 100,00

por mês, para

R\$ 1.000,00.

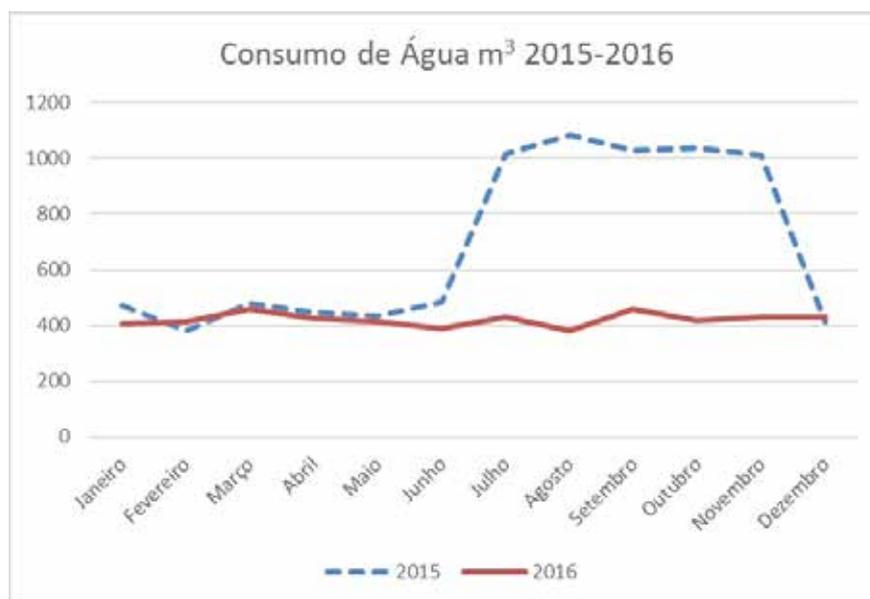
LEVANTAMENTO DE CONSUMO

Apresentamos um breve comparativo gráfico, que evidencia os resultados ligados ao consumo de energia elétrica, água, correios e telefonia.

CONSUMO DE ÁGUA

Em relação ao consumo de água, houve uma redução de **31,42%** em relação ao ano de 2015. Ao compararmos o consumo de água, percebe-se um decréscimo no consumo em m³ de água, principalmente no período de junho a dezembro de 2015, comparado ao mesmo período de 2016.

Um fator importante nesse resultado deve-se à reativação do poço do anexo VII administrativo do TJ.



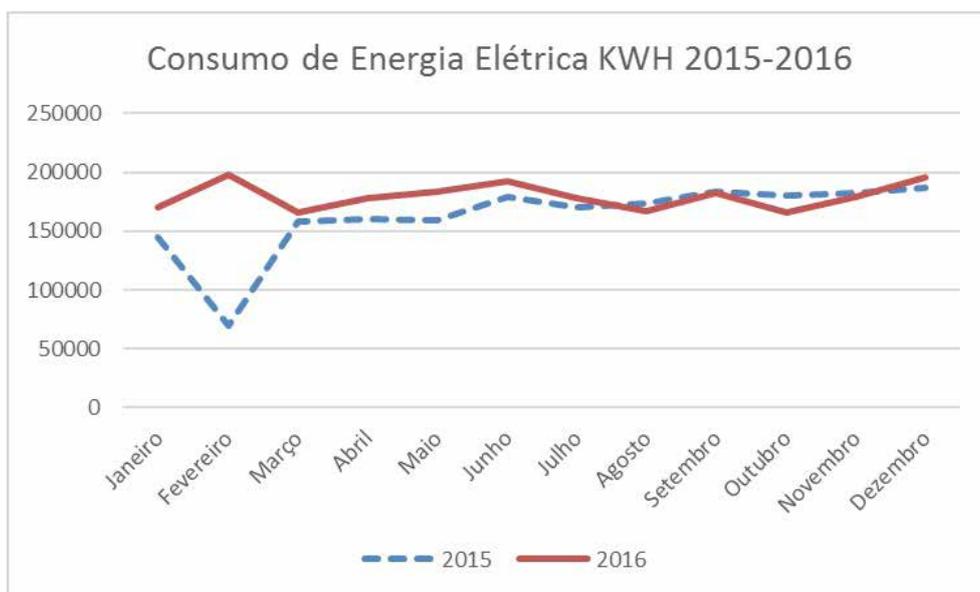
GASTO COM CORREIOS

Com uma economia de quase **22 mil** reais, conseguiu-se **reduzir em 7,23%** o gasto com correios.



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Não houve redução no consumo de energia elétrica, tendo apresentado um aumento percentual de 10,66%, de 2015 para 2016. No entanto, se olharmos comparativamente apenas para o **período de julho a dezembro, houve uma redução de 1,87%**, evidenciando que houve um sensível esforço nesse sentido.



GASTOS COM TELEFONIA FIXA

Com uma economia de quase **18 mil** reais, conseguiu-se **reduzir em 42,07%** o gasto com telefonia.

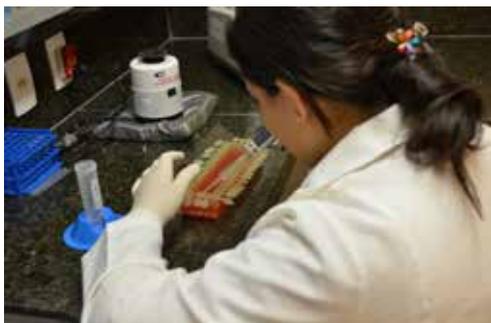
Uma iniciativa nesse sentido deve-se à Diretoria de Informática quando passou a vincular as ligações às matrículas dos servidores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL JUDICIÁRIO MARANHENSE

Programas sociais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

*CASA DA CRIANÇA

Inaugurada em 1997, atende em média, 30 crianças de 0 a 6 anos, e já abrigou 357 ao longo desse período. Desse total, 100 retornaram ao convívio familiar e 257 foram adotadas, conforme a legislação vigente, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vale destacar que todo o trabalho tem o acompanhamento da Vara da Infância e Juventude de São Luís e de uma equipe interdisciplinar.



*LABORATÓRIO DE DNA

Implantado em 1999, já realizou cerca de **8 mil exames** e tem capacidade para **150 investigações** mensais. A iniciativa já ajudou a Justiça a solucionar o caso do rapto de uma criança, além de proporcionar a um menino a oportunidade de ser reconhecido pelo pai, ao atender o pedido feito por meio da campanha Papai Noel dos Correios.

*CASA ABRIGO

A história de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar iniciou em 1999. No local, as mulheres em situação de risco social e seus dependentes - **até 12 anos** - recebem atendimento jurídico, social, psicológico, pedagógico e de enfermagem. **Mais de 700 mulheres** foram abrigadas desde a implantação do espaço.



*CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

Lançado em 1999, o programa já **realizou 80 mil casamentos** e integra o calendário social da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

*Os programas sociais foram implantados nas gestões do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf: em 1997, nos cargos de presidente e vice-presidente; enquanto corregedor-geral, no ano de 1998; e presidente da Corte, nos anos de 2000 e 2001.



DEPOIMENTO ESPECIAL

O Depoimento Especial é um trabalho promovido em conjunto pelo Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia, além de técnicos especializados em ouvir a criança ou adolescente, em um local adequado para esclarecer os fatos investigados. Espaços especiais estruturados com equipamentos audiovisuais, interligados a uma sala de audiência, onde estão presentes juiz, promotor, advogados e partes, estão sendo utilizados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos judiciais.

NOVOS RUMOS NA EXECUÇÃO PENAL

O Projeto Novos Rumos na Execução Penal, coordenado pela Assessoria da Presidência para Assuntos Penitenciários e de Execução Penal no Estado, busca incentivar a criação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que atua de forma efetiva na humanização do sistema carcerário, garantindo a recuperação do condenado e sua reinserção no convívio social.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

O Relatório Mundial de Direitos Humanos, publicado pela organização internacional Human Rights Watch (HRW), destaca o pioneirismo do Maranhão na realização de audiências de custódia no Brasil, sendo a primeira unidade da federação a implementar, na prática, o procedimento, em outubro de 2014. A medida coíbe maus-tratos e garante direitos, como a ampla defesa e a presunção da inocência. O Projeto “Audiências de Custódia” consiste na efetivação do controle judicial do ingresso do preso no sistema carcerário, por meio da apresentação, no prazo de 48h, da pessoa autuada em flagrante delito ao juiz. O objetivo é submeter ao crivo judicial a necessidade e aplicabilidade da prisão do autuado.



RECONHECER É AMAR

O Projeto “Reconhecer é Amar” tem por objetivo incentivar os pais a reconhecerem a paternidade dos filhos, sem a necessidade de passar por um processo judicial.

Iniciado em setembro de 2012, o trabalho é coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), que criou o projeto especial, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e ocorre em todas as comarcas do Estado do Maranhão.

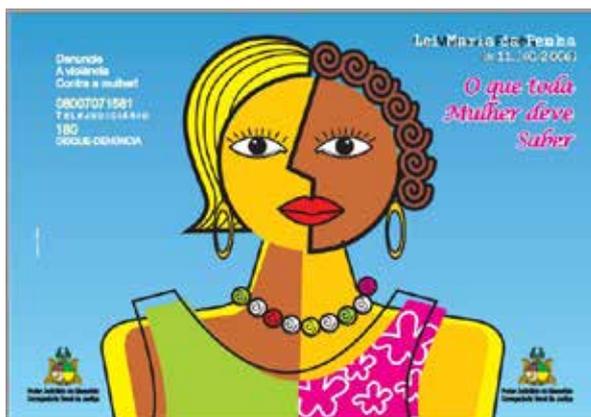


JUIZ CIDADÃO

O Projeto “Juiz Cidadão”, lançado em 03 de março de 2008 pela Corregedoria Geral da Justiça (gestão 2007-2008), surgiu com o objetivo de aproximar a comunidade do Poder Judiciário, promovendo a interação entre a magistratura e a comunidade, por meio de programas desenvolvidos em datas simbólicas comemorativas junto à sociedade civil.

JURADO VOLUNTÁRIO

O Projeto “Jurado Voluntário” foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça para auxiliar os juízes na formação da lista anual de jurados que compõem o Conselho de Sentença, nas sessões de julgamento do Tribunal do Júri, visando possibilitar um incremento qualitativo na aplicação da justiça com o recrutamento voluntário, em razão da participação de pessoas que demonstrem real preocupação com a correta distribuição da Justiça.



CARTILHA MARIA DA PENHA

O que é violência doméstica e familiar contra a mulher? Para onde deve se dirigir a mulher agredida quando não tiver condições financeiras de contratar um advogado? Como deve ser prestada a assistência à vítima de violência que vive sob a dependência financeira do seu agressor? Estas e outras dúvidas frequentes sobre o tema são respondidas na cartilha “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano – o que você precisa saber”, disponível na versão digital, no Portal do Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br).



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça



NÚCLEO
SOCIOAMBIENTAL
T.J.MA